

Apresentado no Seminário Internacional de Ensino em Porto Alegre, em 1985, este trabalho trata da reestruturação do Curso de Comunicação Social da UFRGS, operacionalizando três conceitos: criação, crítica e Universidade.

Comunicação: o exercício da utopia

Maria Helena Weber, Paulo Coimbra Guedes, Ricardo Schneiders da Silva, Sérgio Caparelli e Sérgio Roberto Alves da Rosa são integrantes da Comissão de Carreira do Curso de Comunicação Social da UFRGS, responsável pelo Projeto de Reestruturação do Curso de Comunicação.

Impossível pensar o século XX sem pensar a Comunicação, não apenas como um produto do desenvolvimento tecnológico mas também como condição indispensável não só para esse desenvolvimento mas também como condição fundamental para o exercício de qualquer ação política. Colocada entre a sociedade e o poder, a Comunicação tornou-se intrínseca ao processo educacional, aparelho ideológico por excelência da época em que vivemos. É nesse horizonte que deve ser colocado um Curso de Comunicação.

Ao lado desse grandioso panorama, termos a microrrealidade do Curso de Comunicação da UFRGS, a própria realidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a possibilidade do exercício da Utopia.

O objetivo deste trabalho é apresentar o Projeto Reestruturação do Curso de Comunicação Social da UFRGS a partir dos princípios que nortearam essa reestruturação, a saber, a expressão de uma leitura da palavra *Universidade* e da tentativa de somar a criação e a crítica, dentro de um curso já servil há trinta e três anos de sua criação, necessitando não apenas de uma reforma de currículo mas de uma reestruturação global. O processo de reestruturação tem início em 1976, sendo organizado em 1982, e estende-se pelos anos de 1983 e 84, dando-se a implantação no ano de 1985.

O CABIMENTO DOS CURSOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A própria existência dos Cursos de Comunicação Social não só tem sido questionada fortemente pelo sistema educacional como um todo e no âmbito do próprio exercício profissional, mas também dentro da própria Universidade ele se constitui em uma ques-

tão constantemente reaberta. Uma solução fácil para os impasses que essa mera existência cria seria a adaptação do Curso, enquanto mero transmissor de técnicas aos interesses do poder, esquecendo a vinculação que possa vir a ter com o social, como um núcleo de pesquisas e de criação de saber a serviço de toda a sociedade.

Desse modo, discutir o Curso de Comunicação, suas habilitações e currículo, sua função social, é discutir, na verdade, o poder e as formas através das quais ele se legitima. Os próprios documentos que têm sido produzidos no País a respeito da necessidade de mudança curricular no Curso reconhecem essas implicações sociais de Comunicação Social: a política, a cultura, o mercado de trabalho, a Universidade, embora suas propostas de currículo tenham sido razoavelmente conservadoras.

ASPECTOS HISTÓRICOS

A crítica aos Cursos de Comunicação inicia com sua criação no início do século (os cursos livres) e se fortalece com sua primeira regulamentação na década de 30. Até 1950 funcionavam cerca de 7 cursos de jornalismo no País. Na década de 60 já havia 20 cursos e, a partir de 1970, há uma explosão de cursos na área, a partir do mesmo tipo de justificativa política que expande a oferta de todos os cursos superiores no Brasil. Amplia-se o leque das habilitações, passando os cursos a formar novos profissionais para a era do Milagre Econômico: Propaganda e Relações Públicas. Hoje há cerca de 60 cursos de Comunicação Social, concentrados principalmente na Região Centro-Sul do País.

A discussão mais acirrada sobre os Cursos de Comunicação Social

ocorre no final dos anos 70, quando, ao lado da constatação unânime da necessidade de reforma curricular, surgem propostas de fechar os Cursos e de vincular suas habilitações a outras áreas do saber como, por exemplo, ligar Relações Públicas e Administração, Propaganda e Artes. Tais propostas expressam mais uma vez, o desconforto do sistema, em geral, e do mercado de trabalho, em particular, ante a perspectiva de que os Cursos se constituam em centros de pesquisa e de formação científica de profissionais críticos e criteriosos. Tratava-se de bloquear o desenvolvimento de uma reflexão organizada a respeito das questões da Comunicação.

O resultado dessa discussão toda, de que participaram ativamente as organizações educacionais e profissionais da área foi a criação de uma comissão formada por representantes de todas as áreas interessadas na formação de comunicadores que atuou junto ao Conselho Federal de Educação (CFE). O resultado desse trabalho foi a resolução de 1984, que define o novo currículo mínimo dos Cursos de Comunicação Social, no país, ainda em fase de implantação.

Na UFRGS, a reforma do Curso já estava em andamento; a partir dessa resolução processou-se a adaptação da mudança em curso às exigências gerais do CFE.

O CURSO DE COMUNICAÇÃO DA UFRGS

Na UFRGS, o primeiro grande questionamento ao Curso de Comunicação Social ocorre em 1978, através de um projeto de modificação curricular elaborado por uma comissão paralela às institucionalizadas (CINC - Comissão para Implantação do Novo Currículo). Tal projeto não se efetivou por questões técnicas e políticas; entre outras pela determinação do próprio CFE em manter aberta a discussão sobre o assunto, revogando a obrigatoriedade de implantação de novos currículos naquele ano, obrigatoriedade que tinha provocado a criação e o subsequente trabalho dessa comissão.

Em 1982, tal processo de questionamento do Curso é reaberto em um movimento interno articulado entre alunos e professores que chegou a promover paralisações para discussão a respeito de currículo, qualidade do trabalho, disciplinas etc. Em outra

ponta do processo, o órgão responsável por tais iniciativas, a Comissão de Carreira, iniciara a mais radical modificação interna de toda a sua história, dispondo-se como um todo a incentivar tais discussões e assumir a liderança desse processo.

Dois fatores, então se conjugam para acelerar a discussão. Um deles é o descontentamento, compartilhado por professores e alunos, com a configuração do curso, a certeza generalizada de que padrões mínimos de qualidade acadêmica não estavam sendo atendidos por um curso onde tudo, ensino, pesquisa, equipamento eram deficientes quando não inexistentes. O outro era a articulação pelo CFE da Comissão que acabou por produzir a já mencionada resolução de 1984.

Assumindo a liderança do processo, a Comissão de Carreira entendia que a mudança na UFRGS deveria ir

*Assumindo a liderança
do processo, a Comissão de
Carreira entendia que a mudança
na UFRGS deveria ir além
do que proporia o próprio
Conselho Federal de Educação.*

além do que proporia o próprio CFE, na certeza de que comissão alguma, mesmo representativa dos setores empenhados na formação de comunicadores, poderia formular soluções que tocassem fundo não só nas questões específicas do Curso na UFRGS mas também nos vínculos históricos, nas raízes dos Cursos de Comunicação Social, que os fazem tão estritamente dependentes do mercado de trabalho.

Para caminhar na direção da autonomia acadêmica e científica, única forma de contribuir para o fortalecimento de um pensamento crítico a respeito do fenômeno comunicação, era necessário questionar tudo, o próprio cabimento da existência do Curso, inclusive, e principalmente tentar entender o significado de Comunicação, de Universidade e o sentido que poderia resultar da união desses dois conceitos.

Duas circunstâncias históricas complementares tornam possível a efetivação dessa proposta de trabalho. De

um lado o início do processo de aposentadoria e afastamento dos professores fundadores do Curso, os quais, se tiveram sua importância histórica, estavam vinculados a uma vivência marcada pelo exercício profissional, ou por uma prática não-reflexiva. Complementarmente, deu-se a ascensão política, também expressa pela ocupação de cargos burocráticos, da primeira geração de professores formados em comunicação pela UFRGS, ascensão expressa basicamente pela composição da Comissão de Carreira.

Este novo grupo decide aliar a tendência reformuladora do CFE a objetivos de transformação radical do Curso na UFRGS, desenvolvendo, no ponto de partida do processo de mudança, estratégias que possibilitassem atacar problemas como, por exemplo:

1) a imagem do Curso de Comunicação Social da UFRGS tanto dentro da Universidade como fora dela;

2) a credibilidade que um processo de mudança num tal curso poderia adquirir entre os interessados: a administração, os professores, os alunos, a comunidade;

3) o envolvimento da área política, administrativa e burocrática da Universidade no projeto de reformulação do Curso.

O PROCESSO DE MUDANÇA

O processo pelo qual seria conduzida a reformulação do Curso deveria ao mesmo tempo justificar a radicalidade dos objetivos determinados pelo grupo e viabilizar metodologicamente o sucesso da empreitada. Foi necessária uma etapa preliminar de coleta de dados para que se definissem pontos básicos para a deflagração da mudança propriamente dita. Desse modo era decisivo que se estabelecessem as seguintes preliminares:

a) fosse definida uma filosofia e objetivos do Curso;

b) se provocasse a participação direta de todas as áreas de conhecimento relacionadas à comunicação: entidades de classes, corpo docente, corpo discente, a administração da universidade, especialistas em Comunicação;

c) se desenhasse um projeto de curso coerente com o diagnóstico feito, com a filosofia de curso estabelecida e com o que se considerasse como sendo a função social da Comunicação.

A primeira fase do processo de mudança foi, portanto, marcada por uma profunda reflexão a respeito das

implicações mútuas entre *comunicação, sociedade e universidade*, implicações expressas por:

- a) a Comunicação e a Universidade;
- b) a Comunicação na Universidade;
- c) a Comunicação e a Sociedade;
- d) A Universidade na Sociedade, através da Comunicação.

A par disso, o dimensionamento específico da Comunicação enquanto área de estudo nova, sem tradição acadêmica, mas de profundas implicações entre as quais:

- a) sua interdisciplinariedade;
- b) sua falta de autonomia enquanto área do conhecimento;
- c) sua característica francamente processual, sensível aos movimentos da sociedade;
- d) sua intrínseca pertinência ao poder;
- e) seu papel duplo de registrar e de provocar a história, sua função dupla de propulsão e de freio das transformações sociais;

f) suas potencialidades críticas, reflexivas e criadoras atualizadas pelo espaço universitário.

A Universidade, por sua vez, deve dimensionar-se como espaço abarcador de tais discussões. Ela deve constituir-se em:

- a) uma instituição que pensa integrada e globalmente os desafios históricos da sociedade e que pode antecipar a discussão sobre estes desafios;
- b) um espaço privilegiado de reflexão sobre o todo e a parte, tanto da sociedade como do conhecimento e das áreas em que ele está tradicionalmente dividido, integrando essa reflexão a serviço da própria sociedade a que se vincula;
- c) um repositório de soluções científicas e sociais criadoras e provocadoras de novos processos e não apenas de soluções que ratifiquem o "status quo" vigente;
- d) uma instância do poder político.

O PROJETO

Em meio à complexidade da trama de relações que entre si estabelecem a Universidade, a Comunicação e o Poder, a metodologia utilizada no encaminhamento do processo de mudança possibilitou o fortalecimento da idéia de radicalidade e foi proposto um curso que:

- a) propiciasse o desenvolvimento da Comunicação como uma área de estudos interdisciplinares na UFRGS;
- b) levasse à formação de profissionais de comunicação diferenciados e participantes do processo histórico;
- c) levasse em conta a especificidade de seus professores e do próprio curso existente.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Três etapas marcam o desenvolvimento do projeto de reestruturação do Curso de Comunicação Social da UFRGS: a *fundamentação teórica, o sistema de funcionamento e o processo de implantação*, este último ainda em andamento, provocando dialeticamente a reflexão retroativa sobre os dois primeiros, num movimento constante.

1) Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica do projeto envolveu uma subetapa inicial de

A primeira fase do processo de mudança foi marcada por uma profunda reflexão a respeito das implicações mútuas entre comunicação, sociedade e universidade.

diagnóstico da realidade do Curso que tínhamos e o delineamento do curso que queríamos. Foi um período de investigação e pesquisa que se processou através de seminários, reuniões, troca de correspondência e estudo de documentos, quando a Comissão de Carreira procurou envolver a maior quantidade possível de professores, alunos, entidades de classe e especialistas. Do mesmo modo, os demais cursos e departamentos da Universidade foram convocados a dar suas sugestões e contribuições ao processo.

Definiu-se desse modo que os objetivos a serem perseguidos pelo Curso seriam a *criação* e a *crítica*, tanto no que se refere à formação de profissionais habilitados a exercê-los quanto no que tange às linhas de pesquisa a serem incentivadas pela instituição. Tais planos acarretariam questões, dificuldades de ordem política, burocrática, operacional que deveriam ser previstos e enfrentados, a saber:

a) o que significaria uma tal mudança para alunos, professores e para a própria Universidade?

b) como se abriria a tramitação das decisões tomadas no âmbito da reforma?

c) como deveria ser planejada a implantação do novo Currículo resultante desse processo todo?

d) como dimensionar as expectativas de mudança com a falta imediata de condições de funcionamento para o currículo reformado, por exemplo, no que tange aos equipamentos e a professores?

e) como fazer crer que a mudança não se restringiria apenas a uma troca de posições e conteúdos e uma rearrumação de créditos e denominações, especialmente àqueles professores que pouco interesse, ou nenhum, demonstraram pelo processo todo?

f) como provocar a adesão geral ao projeto já que apenas uma parte dele pertencia à Comissão de Carreira, de vez que questões relevantes como a participação efetiva dos professores, as dotações orçamentárias, o equipamento e o espaço físico pertencem à alçada de outros órgãos da Administração?

g) que proveito tirar de uma discussão sobre essas questões, que colocam em xeque a própria estrutura da universidade, até mesmo a idéia de universidade reformada nas águas dos acordos MEC-USAID e do AI-5?

Assim, ao final de intensas atividades e de centenas de páginas que registram o movimento para esta mudança, chegou-se a objetivos que teriam de ser colocados em prática.

2) Sistema de Funcionamento

De óbvia e fundamental importância seria a criação de um sistema de funcionamento que encaminhasse os princípios norteadores da reestruturação e que viabilizasse a consecução de seus objetivos.

Os seguintes procedimentos foram utilizados:

a) estratégia de impacto, isto é, todo o currículo foi implantado de uma só vez, com a necessária adaptação curricular dos alunos antigos às novas disciplinas;

b) nova estruturação interna dos cursos que tiveram um acréscimo de cerca de 30% a mais em sua carga horária e uma nova distribuição dessa carga em dois terços de disciplinas obrigatórias e um terço de disciplinas opcionais, subdivididas entre disci-

plinas do próprio Curso de Comunicação, de outros Cursos, do sistema de seminários e do sistema de laboratórios;

c) incentivo, por meio do sistema de pré-requisitos, à formação de turmas estáveis ao longo dos semestres, o que favorece o convívio acadêmico e fortalece o próprio desenvolvimento do curso, num movimento de resistência a um dos objetivos deletérios da reforma universitária de 68;

d) classificação das disciplinas de modo que o curso atenda às dimensões teórica, técnica e prática da formação de seus alunos;

e) possibilidade de uma especialização individual do aluno a partir de um determinado interesse seu, expressa na organização de planos de estudo e de escolha de linhas dentro das disciplinas opcionais oferecidas;

f) criação de sistemas de avaliação para alunos e professores com o objetivo de provocar a mudança, a participação e a modificação do próprio projeto;

g) divulgação e promoção do próprio projeto através de correspondência aos departamentos envolvidos, seminários e reuniões, publicação específica, participação em congressos etc.

3) Processo de Implantação

O processo de implantação — etapa mais difícil do que a de criação e sistematização do projeto — tem revelado, entre os componentes nele envolvidos — alunos, professores, administração — o desconforto próprio de todo processo de mudança. De fato, nele estão envolvidos sentimentos relacionados à expectativa: otimismo, ceticismo, espanto, tentativa de adaptação. Houve, portanto, questões a serem enfrentadas junto a esses três setores, que, a seguir, são referidas.

Questões de Natureza Burocrática

Nem tanto pela adequada divulgação do projeto e por sua aprovação pelos órgãos competentes mas por outros fatores supervenientes, expressaram-se as maiores dificuldades desta ordem:

a) o novo currículo, devido ao movimento de greve das autarquias de 84, acabou sendo implantado sem três preciosos meses para o seu acabamento;

b) muitos alunos e professores não deram a devida atenção às reuniões

promovidas pela Comissão de Carreira com o intuito de discutir conteúdos das disciplinas e orientar para certas questões práticas como, por exemplo, as matrículas; tais professores e alunos constituíram-se, posteriormente, em focos de resistência ao projeto;

c) negociações intensas envolvendo vagas, equipamentos, dotações orçamentárias tiveram de ser incrementadas;

d) foi necessário um grande esforço para fortalecer a relação entre a administração e os órgãos que viabilizariam a implantação do projeto;

e) a radicalidade da mudança provocou o questionamento do sistema burocrático da universidade, que enfrentou sérios problemas como, por exemplo, a adaptação dos currículos dos alunos antigos, mostrando que a Universidade não está preparada para grandes mudanças.

Participação e Resistência

Participação e resistência são atitudes próprias, intrínsecas a todo processo de mudança, apresentando-se

O processo de implantação tem revelado, entre os componentes nele envolvidos, o desconforto próprio de todo o processo de mudança.

juntas e separadas tanto no nível individual quanto no nível estrutural. Com relação aos alunos, novos comportamentos puderam ser observados além do já mencionado desconforto. Comportamentos que se originam, provavelmente, da nova situação em que agora se vê o aluno frente ao Curso: responsável por sua própria situação dentro dele. Entre os veteranos predomina o ceticismo quanto à efetivação de mudanças, devido a sua experiência com o passado recente do Curso. Entre os alunos novos grassa a insegurança pelas expectativas criadas em relação à lentidão com que os resultados aparecem e as freqüentes confusões operacionais que têm ocorrido. Muitos deles, no entanto, já estão assumindo a positiva atitude de exercer o poder que lhes conferiu a informação a respeito do projeto, do qual tomaram conhecimento na íntegra por meio da publicação que lhes foi distribuída. Têm sido freqüentes as cobranças aos

professores com relação aos conteúdos ali expressos.

Também entre os professores, ceticismo e otimismo podem ser observados: ao lado do entusiasmo pela mudança e pela nova animação, podem-se observar apostas do tipo “não vai mesmo dar certo”. Cada um dá sua resposta ao desafio contido na reestruturação do Curso: adaptar-se à nova proposta, redimensionar sua atuação, reformular conteúdos e metodologias, mas também neles se observa uma impaciência provocada pela distância que medeia entre a expectativa provocada por toda a divulgação e todos os debates em torno do projeto e a realidade imediata da lentidão das mudanças efetivas. Alguns deles, no entanto, pela primeira vez, estão conseguindo atuar diretamente na sua área de especialização e interesse.

O que se pode observar concretamente é que em apenas dois semestres de funcionamento quase pleno do novo currículo, o Curso tem produzido mais do que nos últimos anos (cinco publicações só neste período contra, às vezes, uma apenas ou nem isso, em um ano). O desenvolvimento de discussões e de críticas entre professores, entre professores e alunos, e entre alunos, se dá num nível desconhecido no curso desde 1970. O resultado é, portanto, positivo e o projeto já provoca discussões fora do âmbito da faculdade servindo de incentivo a outros cursos que passem por processos semelhantes, a nível regional e nacional.

RETOMANDO SIGNIFICADOS

Este projeto significa a retomada do significado da palavra Universidade e da palavra Comunicação, e da universidade na Comunicação. Mas, atinge o ponto de questionar a atual estrutura da educação no Brasil, quando a necessidade de mudança avança muito além das condições efetivas para que a mudança aconteça, quando a mudança é sempre a mudança possível porque há interesses muito fortes criando situações imutáveis. Significa, justamente por isso, que é possível — mesmo num país onde o valor atribuído à educação é sempre relativizável em função desses outros interesses — provocar a mudança e fortalecer a atuação de uma universidade nem sempre a serviço da sociedade e da ciência, por meio de um processo em que a crítica e a criação se instalem como os critérios norteadores de um trabalho de questionamento constante.